TRABALHO COMPLETO

Eixo Temático: Educação inclusiva

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: uma análise da produção acadêmica da UFMG

Fernanda Costa Silva
Universidade Federal de Minas Gerais
fernandacorrs@yahoo.com.br

Letícia Jafar da Fonseca
Universidade Federal de Minas Gerais
leticiajafar@yahoo.com.br

Eliane Marina Palhares Guimarães
Universidade Federal de Minas Gerais
elianemg@gmail.com

Dayane Alves Barbosa
Universidade Federal de Minas Gerais
dayanealves242@gmail.com

Jordana Rabelo Soares
Universidade Federal de Minas Gerais
rabelojordana@gmail.com

Resumo: O trabalho a seguir retrata o estado da arte da produção acadêmica – Teses e Dissertações – da Universidade Federal de Minas Gerais que abordou estudos sobre inclusão e participação de alunos com deficiência no Ensino Superior. Considerou-se, também, trabalhos sobre a implementação da Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A proposta enfatizou o resgate de pesquisas de forma a auxiliar o processo organizacional da inclusão de pessoas com deficiência em ambientes de aprendizagem e de socialização. Foram realizadas análises de 14 trabalhos disponíveis na base de dados do Sistema de Bibliotecas da UFMG, que foram agrupados nas temáticas: 1.Metodologias de ensino para pessoa com deficiência com uso ou não de Tecnologia; 2.Inclusão Social da pessoa com deficiência no Ensino Superior/Trabalho; 3.Implementação da Lei de Cotas. Nas considerações finais, destacou-se que os trabalhos realizados sobre metodologias podem auxiliar o desenvolvimento de estratégias institucionais para atender estudantes cotistas com deficiência. Reforçou, por fim, a necessidade de se realizar reflexões sobre a historicidade vivenciada pelo público cotista para que sejam envidados esforços no sentido de implementar a legislação e propiciar a permanência desse público no ambiente universitário.
Palavras-chave: Alunos com deficiência. Ensino Superior. Cotas. Produção acadêmica. Inclusão.

1. INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, ocasionou uma série de desafios para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ao incluir a pessoa com deficiência na percentagem de vagas destinadas aos cotistas delimitados pela Lei de Cotas (Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012).

As estratégias a serem tomadas para a implementação da Lei deverão envolver, principalmente, aquelas com o intuito de garantir a acessibilidade e permanência desses alunos nas instituições, desafios estes também enfrentados em outros níveis de ensino (PLETSCH; LEITE, 2017). Espera-se que o dispositivo eleve a cada ano a inserção de pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino, acarretando também alterações nas atividades cotidianas (PETTEN *et al.*, 2017).

Neste contexto, os direitos das pessoas com deficiência é tema discutido no cenário nacional e internacional desde os anos 90. No Brasil, a Constituição de 1988 possibilitou uma expansão municipal para atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais e no ano de 1990, ao aceitar os termos da Declaração de Educação para Todos da Conferência Mundial sobre Educação (Jomtien/Tailândia), o Governo comprometeu-se a estabelecer um sistema educacional mais inclusivo (MEC, 2002).

O Ministério da Educação (2010) considera como marcos regulatórios para a inclusão educacional a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; o Decreto nº 5.571/2008, que dispõe sobre atendimento educacional especializado complementar ao ensino regular para os alunos público alvo da educação especial e dá outras providências; o Decreto nº 6.949/2009, que ratifica a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Resolução 04/2009 do Conselho Nacional de Educação que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Mesmo depois de decorridos quase 30 anos do início das discussões sobre a acessibilidade no ensino, faz-se necessária a investigação do tema a fim de minimizar ou eliminar barreiras para a inserção e permanência desta parcela da população nas IFES. Estudos sobre esse aspecto apontam que a política de cotas nas IFES ainda está em fase de implementação, e

a inclusão da pessoa com deficiência no ensino foi reconhecida com maior destaque, mediante a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a partir do ano de 2008 (MAGALHÃES; SEVERINO, 2017; PLETSCH; LEITE, 2017).

Assim, a presente análise considerou que os estudos do tema podem auxiliar as IFES a promoverem reflexões acerca das alternativas de auxílio à condução organizacional para inclusão de pessoas com deficiência em ambientes de aprendizagem e de socialização. Dessa forma, o objetivo deste estudo foi retratar o estado da arte da produção acadêmica - Teses e Dissertações- da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que abordou pesquisas sobre inclusão e participação de alunos com deficiência no Ensino Superior, bem como a implementação da Lei de Cotas nas IFES. Especificamente, discutir os temas já estudados em pesquisa de egressos como apoio às estratégias e políticas internas para inclusão e acessibilidade dos alunos com deficiência na UFMG.

Os cenários revelados com estudos dessa natureza propõem resgatar e socializar pesquisas para expor os resultados à sociedade na tentativa de evitar que fiquem restritos às “prateleiras das bibliotecas das universidades” (FERREIRA, 2002, p. 260).

2. METODOLOGIA

A discussão do tema foi realizada de forma qualitativa, delimitando-se como campo de investigação o levantamento das produções acadêmicas disponíveis na Base de Dados de Teses e Dissertações do Sistema de Bibliotecas da UFMG.

Fundamentou-se o estudo no corpus analítico total das produções acadêmicas (Teses e Dissertações) da UFMG e disponíveis em meio eletrônico, utilizando-se dos descritores associados à busca com as expressões: pessoas com deficiência no ensino superior; acessibilidade no ensino superior; Lei de Cotas; ensino para pessoas com deficiência; ensino necessidades especiais; educação superior inclusiva.

Foram localizados trinta e nove trabalhos que abordaram a temática e/ou expressões de busca. Descartou-se da discussão 16 trabalhos por não constar o arquivo digital na base de dados. Após apreciação dos demais trabalhos, fez-se necessária a realização de outra triagem, descartando-se mais nove trabalhos por não estarem relacionados ao estudo aqui

proposto.

Dessa forma, a presente análise foi realizada utilizando-se de 14 trabalhos disponíveis eletronicamente na base de dados do Sistema de Bibliotecas da UFMG. Para realizar a discussão, agrupou-se os trabalhos em categorias, conforme quadro a seguir:

QUADRO 1 - Categorias dos trabalhos por tema

Temas	Autores
1. Metodologias de ensino para pessoa com deficiência com uso ou não de Tecnologia	Santiago (2016); Loureiro (2006); Souza (2015); Abreu (2010); Rodrigues (2013); Lima (2014); Lima (2012).
2. Inclusão Social da pessoa com deficiência no Ensino Superior/Trabalho	Nogueira (2016); Silva (2011); Reis (2010).
3. Implementação da Lei de Cotas	Santos (2018); Ribeiro (2018); Dias (2014); Figueiredo (2015).

Fonte: Elaborado pelos autores

Considerando a distribuição por categoria dos trabalhos localizados, tem-se a discussão dos temas.

3. DISCUSSÃO

3.1 Metodologias de ensino para a pessoa com deficiência com uso ou não de Tecnologia

Para a discussão desta categoria não foi realizada triagem de trabalhos, considerando que metodologias de ensino podem ser amplamente disseminadas ou replicadas como estratégias de acessibilidade em todos os níveis da educação.

O trabalho realizado por Souza (2015) teve enfoque na Educação à Distância (EaD) como ferramenta de estudo e integração para as pessoas surdas. A pesquisa identificou e propôs soluções para as inconsistências de acessibilidade na plataforma EaD da UFMG para usuários surdos. Souza (2015) finaliza o seu trabalho trazendo reflexões para o processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior acerca de metodologias de ensino bem como da capacitação das pessoas que atuam nas relações do dia-a-dia para a promoção de uma interação com respeito.

A pesquisa de Lima (2014) visou o desenvolvimento e apresentação de procedimentos metodológicos para elaborar um glossário ilustrado, bimodal, contemplando a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais para Curso de Educação Profissional. Ao discorrer sobre o assunto, considerou a escassez de termos dessa especificação na Língua Brasileira de Sinais (Libras). O “Manual de Ensino de Desenho Arquitetônico acompanhado do dicionário terminológico” elaborado na pesquisa, com a possibilidade de traduzir “termos técnicos para a Libras” foi incluído on line no site http://www.glossario.libras.ufsc.br/ da Universidade Federal de Santa Catarina (LIMA, 2014, p. 257).

A investigação de material didático e recursos de tecnologia assistiva que auxiliam alunos com deficiência visual para cursarem disciplinas presenciais e semi-presenciais em um curso superior foi proposta por Santiago (2016), na intenção de compreender o processo e suas limitações.

Santiago (2016) apresentou a proposta de criação de um “Guia de acessibilidade na Produção de Materiais Didáticos às pessoas com Deficiência Visual” na perspectiva de contribuir para a inclusão de alunos com deficiência visual no ensino superior, além de auxiliar professores e técnicos na produção do material.

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) foi abordado por Abreu (2010) como principal suporte para o apoio da alfabetização com Libras. A autora apresentou um conjunto de recomendações que podem ser verificadas em um momento anterior ao desenvolvimento de projetos que utilizam TICs como apoio ao processo de aprendizagem de crianças surdas.

Abreu (2010) observou lacunas nos ambientes educacionais virtuais pela falta de compreensão dos desenvolvedores de que a interação visual não garante completa comunicabilidade, pois a primeira língua da maioria das pessoas surdas é a Libras e não o Português.

Utilizar-se da Musicoterapia como recurso metodológico foi tema discutido por Loureiro (2006). A pesquisa abordou a musicoterapia como uma ciência que interfere no comportamento e desenvolvimento humano ao ser utilizada como estratégia para desenvolver habilidades de pessoas com deficiência.

O trabalho da autora deduziu proposições metodológicas de exercícios no ensino da educação musical e descreveu casos desse processo na educação musical especial. Concluiu que a inclusão da criança com deficiência é bem mais abrangente do que simplesmente a inclusão física desta nos ambientes educacionais.

Rodrigues (2013) discutiu limites e possibilidades para construção de práticas pedagógicas inclusivas para alunos com deficiência e transtornos globais no desenvolvimento em uma escola municipal. O foco principal da pesquisa versou sobre as mudanças necessárias que deveriam ser realizadas na Escola para atendimento das especificidades dos alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento, sendo uma das principais, a parceria entre professores da escola regular e professores especializados do "Atendimento Educacional Especializado" (RODRIGUES, 2013, p. 227).

O objetivo do trabalho realizado por Lima (2012, p.16) foi pesquisar "as concepções de inclusão social e educacional presentes nas políticas públicas nacionais para a formação inicial dos professores, implementadas a partir de 1988 até o ano de 2010, com recorte nas direcionadas para a pessoa com deficiência". Considerou em sua análise que a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar ainda é prerrogativa arraigada de dilemas e desafios, principalmente no que diz respeito à formação docente.

A autora concluiu que as Instituições de Ensino Superior ainda trabalham com currículos tradicionais e inadequados e esse processo de formação de professores em nada contribui para atenderem as necessidades de escolas inclusivas.

3.2 Inclusão Social da pessoa com deficiência no Ensino Superior / Trabalho

A proposta de estudo de Nogueira (2016) foi descrever o perfil dos servidores com deficiência (ScD) da UFMG, analisando o processo de lotação e acompanhamento destes. A autora verificou que o número de ScD na UFMG ainda não atinge a percentagem determinada na legislação, mas notou aumento de ingresso no quadro de pessoal da Instituição. Quanto ao perfil dos ScD concluiu que nenhum dos ingressantes nas cotas de deficientes ocupa o cargo de docente e o gênero feminino encontrou-se em minoria num contexto geral.

A pesquisa de Nogueira (2016) foi delimitada aos servidores Técnico-administrativos em Educação (TAE's) e resultou no perfil: maioria do sexo feminino, ao contrário do que ocorre com a população total de ScD da UFMG; faixa etária de ingresso entre 26 e 35 anos; 95,3% tiveram trabalhos formais anteriores, fazendo-a concluir que outras experiências contribuem para inclusão; o cargo de todos os pesquisados foi o de assistente em administração, pois se trata da categoria com maior número de vagas e, consequentemente, de cotas de vagas para deficientes. Constatou, ainda, que a maioria dos ScD-TAE's possuem formação acadêmica superior ao exigido pelo cargo. Essa informação vai contra o que acontece no Brasil, mas pode ser justificada pelo incentivo oferecido pela Instituição com oferta de bolsas e Plano de Carreira.

Nogueira (2016) relatou que, para a devida lotação e acompanhamento do ScD na UFMG, a Diretoria de Recursos Humanos da UFMG, juntamente com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), realizam estudo do posto de trabalho, contando com o auxílio de assistentes sociais, psicólogos e terapeutas ocupacionais. O estudo levantou que 74% dos ScD permanecem no mesmo setor onde foram investidos o que demonstra que é satisfatória a inclusão na UFMG.

Reis (2010) buscou investigar e analisar o processo de implementação das políticas de inclusão por parte das universidades federais mineiras (UFM), identificar os limites, possibilidades e impasses por elas enfrentados no desenvolvimento de ações com o propósito de assegurar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Além de discutir a condição de equiparação de oportunidades oferecida ao estudante com NEE associadas a alguma deficiência no ensino superior.

O autor pontuou que para tornar viável a operacionalização da educação inclusiva na prática pedagógica no ensino superior é fundamental que as políticas públicas da educação inclusiva sejam conhecidas e transformadas em políticas institucionais. A pesquisa de Reis (2010) demonstrou que 100% das universidades disponibilizam quase todas as condições de acessibilidade no vestibular, porém apenas 55% oferecem os recursos de acessibilidade durante a permanência no curso.

O objetivo da pesquisa de Silva (2011) foi compreender as razões da oferta diferenciada de cursos para as pessoas com deficiência, especialmente no que diz respeito à formação para o trabalho. Nesse sentido, buscou identificar e examinar as causas que geram desigualdade educacional em relação à pessoa com deficiência na organização escolar.

Silva (2011, p.181) justificou esse aspecto, considerando as barreiras de ingresso dos alunos com deficiência nos cursos de educação profissional, onde a percepção da pessoa com deficiência como “incapaz” gera destaque em relação às dificuldades decorrentes da deficiência nos indivíduos e ignora outros aspectos como, por exemplo, as suas circunstâncias econômicas, políticas e culturais. Concluiu que a formação fundamental e média provenientes da educação profissional deve articular projeto pedagógico com estratégias de acessibilidade, promovendo assim uma universalidade para atendimento dos alunos ao prepará-los para a atuação no mercado de trabalho.

3.3 Implementação da Lei de Cotas

Ao dissertar sobre a implementação da Lei de Cotas em três universidades mineiras, Santos (2018) discorre sobre o processo histórico das políticas públicas afirmativas no cenário nacional e internacional. A metodologia utilizada por Santos (2018) possibilitou acesso a variadas fontes de informações como docentes, gestores, alunos, de forma a contribuir para o entendimento do processo de implementação da Lei de Cotas nessas IFES. Sobre a implementação da Lei, o autor concluiu que esta política pública está coerente com o Plano Nacional de Educação (PNE), meta 12, ao propor elevar taxa de matrícula da população de 18 a 24 anos no ensino superior.

Em relação à operacionalidade nas instituições pesquisadas, Santos (2018, p. 172) ponderou que “a implementação dessa política pública trouxe implicações importantes e vem exigindo das universidades a adoção de um conjunto de procedimentos específicos, alguns dos quais estranhos à sua prática de até então”.

Santos (2018) concluiu que a Lei de Cotas inseriu novidades que passaram a influenciar a gestão universitária, mas isso não deve se tornar obstáculo para efetivar o seu objetivo principal que é incluir segmentos que sofreram discriminações por fenômeno histórico

vivenciado no Brasil.

Em consonância a essa perspectiva de trabalho, Dias (2014) realizou o seu estudo propondo fornecer subsídios para a tomada de decisão em um instituto federal, considerando o ingresso de alunos pela política de cotas. Os resultados apontaram que: no período de novembro de 2012 a janeiro de 2014, cerca de 20% do total de vagas da instituição foram transferidas para ampla concorrência por não terem sido ocupadas pelos cotistas; houve indícios de candidatos sem ter o direito, concorrerem às vagas como cotistas; não houve estratificação socioeconômica considerável em relação aos estudantes cotistas e estudantes da ampla concorrência.

A escolha do curso de Medicina no contexto da implementação de políticas como a Lei de Cotas e o Sistema de Seleção Unificada (SISU) foi tema pesquisado por Ribeiro (2018). O autor observou que os cotistas com restrição de renda advinham de condições socioeconômicas que se aproximavam do teto exigido pela Lei, ou seja, a escolha do curso de Medicina ocorreu para estudantes com a renda familiar mais elevada, considerando as modalidades delimitadas na legislação de cotas. Dentre as principais conclusões, destacou-se a escolha da Universidade pela qualidade de ensino e proximidade aos familiares.

Figueiredo (2015) propõe compreender a trajetória de alunos de um curso superior de uma Instituição no contexto da expansão universitária. Apontou que “uma das razões que dificultam o processo de afiliação ao ensino superior está relacionado, além da origem familiar desses estudantes, com a trajetória escolar na educação básica” (FIGUEIREDO, 2015, p.163). Todas as constatações da pesquisa ocorreram de adventos externos, pois conclui que na universidade pesquisada a expansão universitária propiciou o aumento de vagas, mas os processos de integração e afiliação dos estudantes não ocorreram de forma inclusiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho a ser trilhado pelas discussões sobre inclusão e acessibilidade no Ensino Superior ainda é longo. Notou-se que a percepção de parte dos autores é a de que a Educação Inclusiva pode encontrar reações negativas para a sua implementação, mas se

trata de um movimento necessário para o avanço da sociedade brasileira.

Os trabalhos sobre metodologias de ensino para alunos com deficiência foram realizados na tentativa de contribuírem para a inclusão e permanência desses alunos em todos os níveis de ensino. Sobre esse aspecto, as pesquisas localizadas na Base de Dados do Sistema de Bibliotecas da UFMG podem auxiliar no desenvolvimento de estratégias metodológicas institucionais para atender a crescente inserção de estudantes cotistas com deficiência.

Considerou-se que os estudos sobre a Lei de Cotas ainda se encontram em fase embrionária, pois a legislação é recente e os caminhos que garantirão a sua implementação ainda estão sendo percorridos pelas IFES. Por outro lado, trata-se de um processo que pode ser postergado ou até mesmo minado pela falta de estratégias internas de promoção ou de acompanhamento do dispositivo legal na estrutura institucional.

Por fim, concluiu-se que os esforços para a implementação da Lei de Cotas e a garantia de acessibilidade aos estudantes com deficiência devem ser realizados a partir de reflexões acerca da historicidade vivenciada por esse público no cenário brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, P. M. **Recomendações para projetos de TICs para apoio a alfabetização com libras**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Exatas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 14 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm>. Acesso em: 14 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17009-educacao-especial> Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Politica e resultados 1995-2002**: educação especial. Brasília: Portal Domínio Público, 2002.

DIAS, M. T. **Lei de Cotas**: um estudo da reserva de vagas em uma instituição federal de ensino através da descoberta de conhecimento em bases de dados. Dissertação (Mestrado) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXIII, nº 79, p. 257-272, 2002.

FIGUEIREDO, A. C. **Processos de integração e afiliação à vida acadêmica de estudantes de camadas populares no contexto da expansão universitária**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Ferais, Belo Horizonte, 2015.

LIMA, L. F. **Inclusão sócio-educacional e diversidade: debate conceitual e desenvolvimento histórico-legal no Brasil após 1988**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012

LIMA, V. L. S. **Língua de sinais proposta terminológica para a área de desenho arquitetônico**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LOUREIRO, C. M. V. **Musicoterapia na educação musical especial de portadores de atraso do desenvolvimento leve e moderado na rede regular de ensino**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Música, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MAGALHÃES, J. C.; SEVERINO, M. R. Uma análise da institucionalização da política de cotas nas universidades federais brasileiras. In: Congresso Nacional de Educação - CONEDU, 11, 2017, João Pessoa, PB. **Anais...**(on-line). Paraíba: CONEDU, 2017. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA6_ID6693_11092017181311.pdf> Acesso em: 19 jul. 2018.

NOGUEIRA, P. M. **Inclusão da pessoa com deficiência no trabalho**: possibilidades institucionais no Serviço Público Federal. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PETTEN, A. M. N. V. *et al*. Cotas para pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino: desafios e perspectivas para a acessibilidade e inclusão na UFMG. In: III Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior – CIM, 11, 2017, Belo Horizonte, MG. **Anais...**(on-line). Belo Horizonte: CIM, 2017. Disponível em:< https://congressos.ufmg.br/index.php/congressogiz/CIM/paper/view/593/292> Acesso em: 23

jul. 2018.

PLETSCH, M. D.; LEITE, L. P. Analise da produção cientifica sobre inclusão no ensino superior brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, p. 87-106, 2017.

REIS, N. M. M. **Política de inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior e as universidades federais mineiras**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

RIBEIRO, G. M. **A escolha do curso de Medicina no contexto de implementação de políticas de democratização do acesso ao Ensino Superior**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

RODRIGUES, S. M. **A construção de práticas pedagógicas inclusivas em uma escola pública de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SANTIAGO, J. V. B. P**ossibilidades e limitações nas práticas pedagógicas no ensino superior**: uma análise do material didático e dos recursos de tecnologia assistiva acessíveis às pessoas com deficiência visual. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, A. P. **Implementação da lei de cotas em três universidades federais mineiras**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, I. M. A. **Políticas de educação profissional para pessoas com deficiência**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SOUZA, L. C. **Recomendações para cursos on-line em língua portuguesa com foco na integração de alunos surdos**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.